



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

AMPLIANDO O OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Jeane Melriele Rodrigues Ferreira¹

Jessica Kethryne Lustosa de Sousa²

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma visita ao Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAPDV – em Novembro de 2015. Durante a execução da Disciplina Atendimento Educacional Especializado ao Deficiente Visual do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre – UFAC – ministrada pela Professora Me. Josiane de Lima Martins.

O Centro de Apoio Pedagógico a pessoa deficiente Visual mantém sua ação em parceria com a Secretaria de educação do Acre, bem como presta assessoria no sentido de oferecer orientações pedagógicas e atitudinais para com o aluno cego ou baixa visão e as instituições de ensino, público, Instituto Federal do Acre – IFAC –, e privado a União Educacional do Norte – UNINORTE.

Com o entendimento de que a sociedade é marcada pelo estigma do abandono, da segregação do deficiente em seus múltiplos aspectos, a deficiência visual fora tratada como uma doença cabível de cura. Já na contemporaneidade se discute a prática da inclusão social, bem como, a sociedade tenta se adequar ao deficiente, possibilitando o desenvolvimento e exercício da cidadania. “Esse processo de inclusão, cada vez mais, exige do professor, competências e saberes específicos” [...] (SILVA; MARTINS, 2012, p. 152).

A questão da inclusão é um processo social, que engloba vários fatores a serem superados, como moral e ético que reúne certos preparativos da sociedade para recebê-los, buscando o convívio simultâneo dos diferentes nos diversos

¹ Graduada em Serviço Social – União Educacional do Norte – UNINORTE –. Discente no Curso de Pedagogia 5º Período da Universidade Federal do Acre – UFAC –. E-mail: jeanemelriac@gmail.com

² Discente no Curso de Pedagogia 5º Período da Universidade federal do acre – UFAC. E-mail: kethryne_32@hotmail.com



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

espaços sociais. [...] “O desconhecido assusta e preocupa. A piedade atrapalha e prejudica. Já a participação consciente constrói e resgata a autoestima” [...] (FLESCHE, 2003, p.17).

A informação e a tecnologia têm contribuído muito para desmitificar antigos preconceitos e criar outros conceitos baseados em novas pesquisas, abrindo espaços sociais, culturais de trabalho e educação para a pessoa que possui deficiência, seja ela, visual, física ou mental.

Desta forma, buscamos conhecer por meio de visita institucional o – CAPDV –, assim, em primeiro lugar priorizamos pela compreensão da importância do Centro. Que tipo de trabalho é realizado pela Instituição, observando as condições de acesso do deficiente visual³ e as instalações; quais as dificuldades que são encontradas para realização do trabalho; qual é o papel do CAPDV no processo de inclusão do deficiente visual, dentre outros aspectos.

De forma breve, será descrito estes fatores, na medida em que estes forem sendo internalizados subjetivamente para o enriquecimento de nossa formação. Utilizamos da observação como técnica durante a visita ao CAPDV – e de leitura bibliográfica como embasamento, com objetivo de ampliar os conhecimentos acerca da inclusão. Empregamos leitura qualitativa nas observações a fim de enriquecer nosso processo formativo.

Visto as exigências que o trabalho docente imprime em seu cotidiano o professor necessita ser munido no seu processo formativo no que diz respeito às diversidades.

No contexto atual, em que se busca atender a diversidade humana, possibilitando a participação de todos independentemente de suas condições – a formação de professores reclama uma formação de qualidade para que a escola possa oferecer respostas às necessidades de educação de todos os alunos. Uma formação voltada para a diversidade, capaz de habilitar o docente a situações educativas que permitam o desenvolvimento integral dos educandos no contexto da diversidade. (SILVA; MARTINS, 2012, p. 145).

³ Usaremos o termo deficiente visual D.V. para nos referirmos ao cego e pessoa com a baixa visão e deficiências múltiplas ou que tenha a sua capacidade de enxergar imagens e luz comprometida, pois é o público alvo da instituição – CADV.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Para tanto, há a necessidade do reconhecimento da diversidade e das especificidades relacionadas aos alunos. O processo formativo tem bastante influência na prática docente, por esta razão, quanto mais próxima for de uma perspectiva inclusiva, menos se usará de rótulos como alunos “normais” ou “especiais”. A ação profissional será pautada na promoção da inclusão real.

1. DESENVOLVIMENTO

A visita ao – CAPDV – nos mostrou que para a real inclusão no meio social, são necessários além de mudanças de paradigmas e conceitos, haver o acesso do deficiente visual às várias formas de relações sociais, dentre elas a escola, o trabalho e o lazer.

O trabalho desenvolvido pelas pessoas dessa instituição é minucioso e oneroso: primeiro pelo fato de valorizarem a qualidade de seu trabalho com a riqueza dos menores detalhes para que o deficiente visual (D.V.) possa ver através de seus outros sentidos, dentre eles o tato e a audição; segundo porque existe um acúmulo de tarefas para poucos especialistas, isto é, o mesmo profissional tem várias funções.

No centro, além do funcionamento de uma espécie de gráfica, onde são confeccionados livros e materiais em Braille para os cegos, também funciona o atendimento a alunos com baixa visão, que utilizam a sala de informática do Centro para aprenderem a desenvolver seus conhecimentos e habilidades.

Seguindo ainda por este ponto, descreveremos o trabalho realizado na sala responsável pela produção do material em Braille – Núcleo de produção Braille – que vai para as escolas de acordo com a demanda de pedidos. A dinâmica se dá da seguinte maneira: primeiro o CAPDV recebe a demanda do material didático da escola, de variadas disciplinas, como História, Geografia, Matemática, Química, Português, dentre outras, em seguida o livro didático é repartido em capítulos, para ser confeccionado o primeiro volume de cada matéria, caso contrário, não dá tempo de produzir todos os livros de um único aluno em tempo hábil para ser estudado no semestre.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

O capítulo do livro Didático é todo adaptado, as imagens são trabalhadas de modo que o aluno não perca os detalhes descritivos, depois ele é escaneado utilizando como auxílio o programa Braille fácil, o computador faz a leitura da tinta⁴, em seguida é salvo em Pen Drive e levado à impressora. Decorrido esse processo, o livro é costurado com linha, e levado para sala de revisão do Braille. Somente quando feito as correções o livro será impresso em definitivo, dependendo da complexidade do material, levam-se dias para ficar pronto.



Fig. 1 - Impressora Braille
Fonte: arquivo pessoal

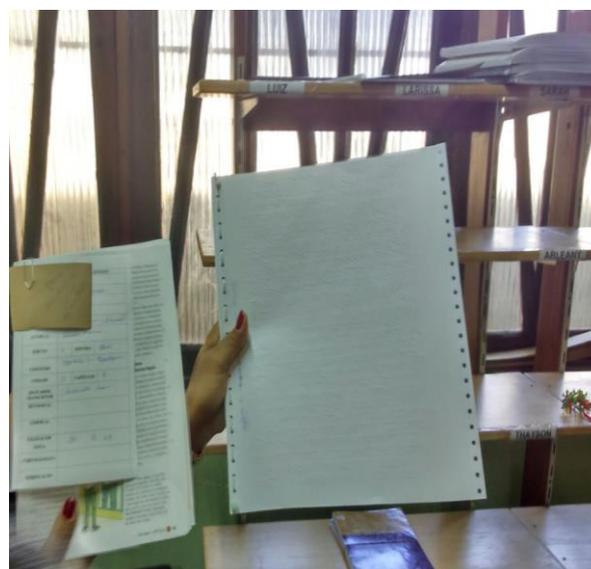


Fig. 2 - Material adaptado - ensino de geografia.
Fonte: arquivo pessoal

O interessante mesmo não sendo encontrando nenhum defeito no material ele precisa ser descartado, pelo fato de o aluno ter que receber o material inédito, sem marcas ou deformações que possam prejudicá-lo na leitura do material em Braille. Para utilizar o método Braille necessita-se de papel especial, ele é consistente e espesso para que os pontos que formam o alfabeto não sumam com facilidade. Assim:

O método Braille é um alfabeto convencional formado por pontos em relevo, que representam os caracteres, sendo que o deficiente visual “lê” pelo tato, ao passar os dedos sobre os pontos. A Grafia Braille para Língua

⁴ Maneira pelo qual é denominada a escrita normal nos livros (escrita desenhada com tinta).



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

fortes e brilhante. Tudo para levar de forma mais fidedigna possível as percepções de imagens dos desenhos e mapas para os alunos cegos. Após o término desse trabalho, o material é levado ao Termofor.



Fig. 3. Fonte: arquivo pessoal
Material adaptado - ensino de Geografia

Batista (2014, p. 105) se apropria dos estudos de Vygotsky – sobre a criança cega – para relacionar o desenvolvimento e aprendizagem da pessoa cega na interação com materiais e o meio. Tanto a criança cega como a vidente teria que superar um estado de “insegurança” por meio da “compensação”; e ainda, o conhecimento é elaborado com base articulação entre “percepção”, e “cognição”. Isto é, a capacidade discernir, assimilar; e o ato de tomar conhecimento de algo.

Sendo assim, Batista (2014, p. 106) complementa que:

Com base nessa concepção, pode-se assumir que, no que se refere à criança cega, o conhecimento é elaborado a partir de processos perceptivos, ligados aos sentidos remanescentes: sensações táteis (pressão, temperatura, textura), auditivas, olfativas, gustativas e cinestésicas em estreita relação com o processo cognitivo, dentre os quais se podem destacar linguagem, raciocínio atenção voluntária e memorização ativa. E, é necessário, ainda, levar em conta processos motivacionais e socioafetivos, também envolvidos na apropriação de conhecimentos.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Para esta autora (p. 115) o material adaptado é fundamental para alunos que possuem alguma deficiência visual, pois eles trazem sentido e significado ao processo educacional, despertando assim, o interesse dos alunos.

Na sequência, voltamos a sala de recepção do material vindo das escolas – Sala de Recepção de Material – onde fica a máquina de Termofor que é a única existente no Estado. A máquina utiliza o Papel Braille que é comprado fora da região pelo Ministério Público⁶.



Fig. 4 - Fonte: arquivo pessoal
Papel Braille em alto relevo usado no livro - MEC

Outro espaço importante é o Laboratório de Informática: o aluno é atendido durante duas horas por semana, podendo ser no mesmo dia, ou em dias alternados. Nesta sala o aluno D.V. aprende a manipular o computador através do áudio, utilizando ferramentas e programas que irão facilitar o seu manuseio.

Na Instituição manifesta-se a importância do MEC Dayse (Ministério da Educação – programa), que é uma função tecnológica que auxilia na produção de

⁶ Inclusive, há três anos, estão fabricando um livro nesse material a pedido do Ministério da Educação – MEC. A cartilha é muito grande até mesmo pelo tamanho do Papel Braille, medindo cerca de cinquenta centímetros.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

áudio livro. O formato (Dayse) é interessante, o aluno pode, através de o programa marcar e anotar dúvidas e controlar o tamanho da fonte (dependendo da acuidade visual). No world Accessibility existe uma ferramenta que possibilita gerar o livro no formato Dayse – somente quem tiver o formato Dayse poderá ler o livro.

Por esse motivo, as tecnologias assistivas da era digital revelaram muitas vezes ser um problema na questão da acessibilidade à informação criando novos desafios e barreiras na vida do deficiente visual, pois nem todos tem acesso, isso pode ser caracterizado como uma nova forma de exclusão. Entretanto, é por meio dessas mesmas tecnologias que tais problemas são resolvidos, assim muitos D.V. atualmente se dedicam a aprender sobre novas tecnologias e acabam encontrando condições necessárias para desenvolverem suas habilidades: estudar, trabalhar e se divertir. Como salienta Pereira (2011, p.12), se as Tecnologias “[...] não resultarem na transformação da realidade, em nada terá contribuído”.

Visto isso, o objetivo da tecnologia assistiva é proporcionar ao deficiente visual, maior independência, uma melhor qualidade de vida (respeitando a particularidade de cada um) a inclusão social, pois a partir daí pode existir uma ampliação da sua comunicação, mobilidade, aumentando o desenvolvimento de habilidades na educação, dentre outros aspectos.

Algumas pesquisas, nesse sentido, indicam que no mercado brasileiro as tecnologias assistivas para os D.V. são insuficientes, mediante as suas necessidades, e ainda o investimento em pesquisas nessa área é bem medíocre se comparado a países Norte Americanos, por exemplo. O que se encontra mais disponível no mercado – a custo bem alto para a população – são as regletes, bengalas, lupas e alguns softwares para computador; muitos desenvolvidos fora do Brasil. Investimento em pesquisas de Tecnologias Assistivas poderia trazer melhores condições de vida para os D.V. (Otalara; Lopes; et al, 2008, p. 217-218).

De acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), dentre as deficiências estudadas pela Pesquisa Nacional



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

de Saúde – PNS 6,2% da população brasileira apresenta um tipo de deficiência⁷, destes, as relacionadas a cegueira, são as que obtiveram o resultado mais expressivo com 3,6% dos resultados. Esse indicador foi mais elevado na Região Sul (5,9%) e de acordo com a idade que vai se aproximando dos 60 anos a proporção aumenta (11,5%).

Dentre as deficiências investigadas, a deficiência visual foi a que registrou a maior proporção estimada para as pessoas que a adquiriram por doença ou acidente (3,3%), enquanto 0,4% a possuíam desde o nascimento. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as Grandes Regiões para a população que tinha a deficiência desde o nascimento. Entre as pessoas que adquiriram a deficiência visual por doença ou acidente, a Região Sul apresentou a maior proporção (5,4%). (IBGE, 2015).

O que fica claro com esses dados que a população que necessita de algum tipo de Tecnologia Assistiva-TA é bem significativa, incorrendo em interrogativas acerca da insignificância das pesquisas na área. A conclusão é que a falta de informações ao longo do tempo proporcionou diversos entraves ao desenvolvimento de tecnologias assistivas com qualidade e que sejam acessíveis a quem dela necessitar. (Otalara; Lopes; et al, 2008, p. 217-218).

Alguns materiais de T.A. são produzidos e utilizados na sala que visitamos por ultimo no CAPDV – Núcleo de Capacitação –, onde pudemos visualizar bastante material didático pedagógico para o ensino do Braille ao D.V. A sala funciona também para capacitar o professor que trabalha com aluno com deficiência visual, nela é ensinado o pré-braille, isto é, são ensinadas as técnicas que o professor necessitará para auxiliá-lo durante a alfabetização dos alunos cegos ou baixa visão.

Na fala dos profissionais fica evidente o quanto eles encontram resistência por parte de muitos alunos para aprender o Braille nos cursos ministrados para pessoas com deficiência visual, principalmente os adultos, pois estes preferem o uso do áudio, confirmando uma fala da professora da sala de Adaptação e Produção, na qual evidenciou seu receio de que a produção daquele material se acabe, tanto por falta de pessoal capacitado ou interessado na produção, quanto pela própria falta de

⁷ Física, auditiva, intelectual, visual.



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

procura desse tipo de material, pois o áudio torna mais fácil adaptação e compreensão de forma global.

1.1. Espaço Físico – uma barreira no processo inclusivo

O deficiente visual muitas vezes necessita transpor barreiras arquitetônicas que na maioria dos casos o impede de seguir em frente, isso se dá devido a ausência de planejamento dos espaços, de pensar o espaço “para todos”. Flesch (2003, p. 44) vê que são barreiras produzidas pela ignorância acerca da convivência com o deficiente visual de suas capacidades e possibilidades.

Nestes termos, fica evidente que “toda organização do espaço físico na sociedade, como as construções e atividades culturais, são planejadas para o vidente” (FLESCHE, 2003, p. 11). O próprio CAPDV possui essa característica; em relação às instalações físicas, constatamos em todos os pontos inadequações referente à facilitação da acessibilidade do deficiente visual, visto que não tinha marcadores no chão, sinalizando início e fim nem as interseções de corredores e salas, ou mesmo diferenças de cores destacadas para o baixa visão se localizar com mais facilidade.



Fig. 5 - Mureta sem indicação
Fonte: arquivo pessoal



Fig. 6. Arquivo Pessoal: corredor sem sinalização
Fonte: arquivo pessoal



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

suas possibilidades e dificuldades. Avaliar a realidade do Centro leva-nos a refletir o quanto que as políticas públicas necessitam avançar (ou se efetivar).

Não só a formação inicial deve ser pautada, também, na preocupação da educação inclusiva, bem como, a formação continuada, visto que o professor deve estar preparado para perceber, diagnosticar pedagogicamente as diferenças e saber trabalhar com elas, e ainda criar um ambiente que possibilite o desenvolvimento das habilidades individuais (MACHADO, 2008, p. 126).

O Centro realiza capacitações com professores para trabalhar com os deficientes visuais. É o que realmente faz a inclusão ser real, pois aponta para uma ação pedagógica consciente na sala de aula. O professor conhece o que é a deficiência, com “quem” e “o que” ele está lidando; reconhece as dificuldades; as possibilidades; bem como as tecnologias que auxiliam tanto a si quanto ao aluno no processo educativo.

Flesch (2003, p.19) chama a atenção para as generalizações, pois dentro de um mesmo grupo de pessoas consideradas cegas, existem inúmeras variações de acuidade visual¹⁰, subjetividades diferentes, e por isso não cabe homogeneizar determinada categoria. “O respeito e a individualidade é imprescindível”.

Ainda a autora: “[...] conviver com diferentes significa conhecer. Portanto, faz-se necessário apropriar-se das especificidades do D.V., para que haja a relação satisfatória do grupo social”. (2003, p.44).

Romper com a prática da falsa inclusão é necessário. Reconhecer o deficiente visual como sujeito de direitos igual ao vidente, necessitando ser respeitada as suas particularidades e favorecendo a promoção de sua autonomia social, cultural, política, econômica e educacional.

CONCLUSÃO

Observamos no centro um comprometimento ímpar de seus funcionários, que tentam da melhor forma adequar as tecnologias a fim de tornar usual o material,

¹⁰ A acuidade visual (AV) é o grau de aptidão do olho para identificar detalhes espaciais, ou seja, a capacidade de perceber a forma e o contorno dos objetos. (BRASIL, 2008, p.17).



x Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cecília Guarnieri. **Recursos Para alunos Com deficiência Visual Em Situação Inclusiva – considerações teóricas e práticas.** In: A Escola E o Público Alvo da Educação Especial: apontamentos atuais. São Carlos. Marquezine & Manzine: ABAPEE, 2014. p. 248.

BRASIL. **Lei 13.146**, de 06 de Julho De 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/Lei/htm>>. Acesso em: 30 de agosto de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde/Ministério da educação. **Projeto Olhar Brasil.** Triagem de acuidade Visual manual de orientação. Brasília – DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>> Acesso em: 27 de Agosto de 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde:** Ciclos de Vida-Brasil e grandes regiões. 2015. Rio de Janeiro, 2015. 92p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/pdf>>. Acesso em: 05 de Setembro de 2016.

FLESCHE, Sueli. **A Inclusão do Portador de Deficiência Visual no Sistema de Ensino Regular:** desafios e perspectivas. Santa Cruz do sul. EDUNISC, 2003. 82 p. (Série Conhecimentos. Teses e Dissertações).

MACHADO, Edileine Vieira. Prática Interdisciplinar na Construção de Espaços Inclusivos. In: **Itinerários da inclusão Escolar:** múltiplos olhares, saberes e práticas. Canoas: Ed. ULBRA. Porto alegre: AGE, 2008. 200p.

MARTINS, Joseane de Lima. **O Código Braille no Ensino/Aprendizagem da Química:** o caso de uma aluna cega. Rio Branco – AC, 2013.

OTALARA, Aline Piccoli; LOPES, Deisy Piedade Munhoz; STEIN-BARANA, Alzira Cristina; MORENO, Leandro Xavier. Prover: Tecnologias Assistivas Voltadas para Pessoas Cegas ou com Visão Subnormal – entre o que se espera e o que se encontra. In: **Temas em Educação Especial:** deficiências sensoriais e deficiência mental. Araraguara – SP: Junqueira&Marim; Brasília. DF. CAPES – PROESP, 2008.

PEREIRA, Rita de Cassia de Sena Pardo. **Tecnologia Assistivas e Deficiência:** Algumas considerações. Campinas. n1, 119 p. 2011. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/2249/2649>>. Acesso em: 30 de Agosto de 2016.

SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Formação Docente na Perspectiva da Inclusão: da formação inicial à educação continuada. In: **Inclusão escolar e social:** novos contextos novos aportes. Organizadores: Lúcia de Araújo Gomes Martins, Gláucia Nascimento da Luz Pires, José Pires. Natal, RN. EDUFRN, 302 p, 2012.